

V.21 nº45 (2025)

REVISTA DA

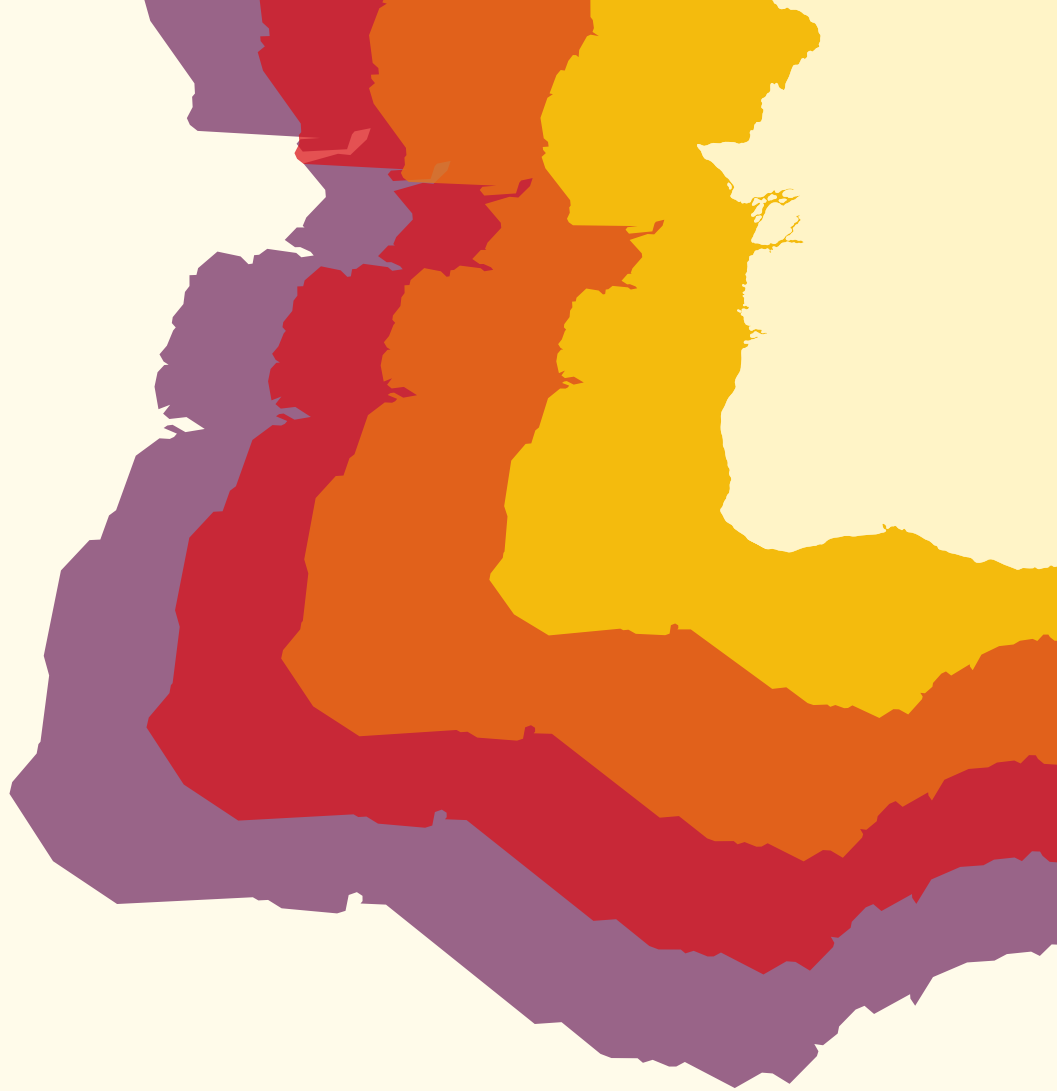
AN PE GE

ISSN 1679-768X

a

ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia



DOSSIÊ AMAZÔNIA, AMAZÔNIAS

Contra a fronteira: a revisão de um conceito perverso para a Amazônia

Contre la frontière : revisiter un concept pervers pour l'Amazonie

Contra la frontera: Revisitando un concepto perverso para la Amazonía

DOI:10.5418/ra2025.v21i45.19367

RICARDO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

V.21 n°45 (2025)

e-issn : 1679-768X

RESUMO: O trabalho apresenta a formulação do conceito primário de fronteira econômica estabelecido por Frederick Turner no século XIX, que guiou reflexões sobre o processo de expansão do Oeste americano. Este conceito foi referência para diversos autores no Brasil explicarem a ‘marcha para o Oeste’ no território, chegando a moldar o pensamento sobre a atuação do Estado brasileiro na Amazônia. As noções de alteridade e de etnocentrismo fundamentam a crítica ao conceito, a partir dos aportes teóricos de Tzevetan Todorov sobre a diversidade humana e a conquista da América, recuperando-se os escritos desde Cassiano Ricardo e Sergio Buarque de Holanda, finalizando com as reflexões de Otavio Velho, José de Souza Martins e Bertha Becker. Conclui-se o artigo apresentando o pensamento de autores endógenos sobre a região, como Samuel Benchimol, Armando Mendes, Djalma Batista e Violeta Loureiro, para referendar o equívoco da proposição de Amazônia como área de fronteira econômica do Brasil.

Palavras-chave: alteridade, fronteira econômica, Frederick Turner, Amazônia.

ABSTRACT: L'article présente la formulation du concept primaire de frontière économique établi par Frederick Turner au 19ème siècle, qui a guidé les réflexions sur le processus d'expansion de l'Ouest américain. Ce concept a servi de référence à divers auteurs brésiliens pour expliquer la «marche vers l'Ouest» dans le territoire, et a même façonné la réflexion sur les actions de l'État brésilien en Amazonie. Les notions d'altérité et d'ethnocentrisme sous-tendent la critique du concept, en partant des apports théoriques de Tzevetan Todorov sur la diversité humaine et la conquête de l'Amérique, en récupérant les écrits de Cassiano Ricardo et de Sergio Buarque de Holanda, et en terminant par les réflexions d'Otavio Velho, de José de Souza Martins et de Bertha Becker. L'article conclut en présentant les réflexions d'auteurs endogènes sur la région, tels que Samuel Benchimol, Armando Mendes, Djalma Batista et Violeta Loureiro, afin de confirmer l'idée erronée selon laquelle l'Amazonie est la frontière économique du Brésil.

Keywords: Altérité, frontière économique, Frederick Turner, Amazonie.



RESUMEN: El trabajo presenta la formulación del concepto primario de frontera económica establecido por Frederick Turner a finales de los siglos XIX y XX que orientó las reflexiones sobre el proceso de expansión del Oeste americano. Este concepto sirvió de referencia para que varios autores en Brasil explicaran la "marcha hacia el Oeste" en el territorio nacional, incluso moldeando el pensamiento sobre la acción del Estado brasileño sobre la Amazonia. Partiendo de la noción de alteridad y etnocentrismo para sustentar la crítica del concepto, tomando para ello los aportes teóricos de Tzevetan Todorov sobre la diversidad humana y la conquista de América, se recuperan los escritos de Cassiano Ricardo y Sergio Buarque de Holanda, finalizando con las reflexiones de Otavio Velho, José de Souza Martins y Bertha Becker. El artículo concluye presentando las reflexiones de autores endógenos sobre la región, como Samuel Benchimol, Armando Mendes, Djalma Batista y Violeta Loureiro, para respaldar la concepción errónea de la propuesta de la Amazonia como zona económica fronteriza de Brasil.

Palabras-clave: otredad, frontera económica, Frederick Turner, Amazonía.

INTRODUÇÃO

Decorridas duas décadas dos apontamentos iniciais que elaborei procurando colocar em suspensão a ideia sobre a Amazônia como uma área de fronteira de expansão agrícola, retomo essa discussão com a certeza de que o caminho trilhado no passado estava coerente com um pensamento, de certa maneira inconformado, pautado na possibilidade de compreensão dos lugares a partir de relações mútuas estabelecidas entre eles, entendendo que as visões consolidadas sobre os lugares são resultados da elaboração histórica em que, regra geral, ocorre o predomínio de uma concepção sobre outra. Daí o recurso à noção de alteridade, que orienta todo o artigo.

Recuperei a noção de fronteira desde as origens para fundamentar esta discussão, partindo, em primeiro lugar, da distinção que é realizada entre as fronteiras de caráter político, aquela que divide, assegura e demarca a soberania dos Estados-nacionais, e aquelas de caráter eminentemente econômico, que tem por significado o avanço sobre terras supostamente livres e dirigido pelo Estado, e sua transformação em áreas produtivas através de processos de ocupação, colonização e civilização. Estes verbos, ocupar, colonizar, civilizar, costumeiramente usados para fazer referência ao avanço sobre as áreas, sugerem que elas não são ocupadas, não são usadas e, por fim, não são civilizadas. Afinal, o colono é visto como aquele que desbrava, povoa, cultiva e amansa a terra.

O artigo que segue apresenta-se dividido em três partes, em que na primeira apresentou as bases do conceito de fronteira no sentido econômico construído a partir dos trabalhos de Frederick Turner, escritos no final do século XIX.

Na segunda parte do artigo traço um percurso que começa com o encontro do Novo Mundo e todas as consequências derivadas desse momento. Recorro a autores que se dedicaram a interpretar o que eram aquelas terras e seus povos, as maravilhas, os perigos e toda criação imaginária.

A última parte do artigo reúne a produção bibliográfica de quatro autores da Amazônia que dedicaram sua vida à ciência e a tentar explicar o significado da região onde sempre viveram. Djalma Batista, Samuel Benchimol, no estado do Amazonas e Armando Mendes e Violeta Loureiro, no estado do Pará, constituem-se em referências regionais que, em seus trabalhos, esforçaram-se para desfazer mitos relacionados à Amazônia, como a ideia de terra inculta e vazia.

LOCALIZANDO FREDERICK J. TURNER E SUA TESE DA FRONTEIRA

A fronteira foi desde sempre um tema chave na Geografia Política. Sua compreensão, e, mais que isso, seu significado real como definidora de constrangimento ou limitação ao movimento ganhou amplitude a partir da consolidação dos Estados como forma superior de organização política e territorial das sociedades. Se a etimologia da palavra *front* remete à existência de uma linha de separação entre áreas distintas, à limites decorrentes de fatores naturais como um rio ou um relevo, ou mesmo a formas de divisão e domínio de um grupo social sobre determinada área, criando um lado interno ou de dentro e outro externo ou de fora, enquanto um conceito teórico recebeu uma série de classificações derivadas da forma como esta se expressa empiricamente. De modo mais sintético, as fronteiras foram classificadas em naturais e históricas, quando para a primeira se recorre a qualquer dado natural – hidrografia, relevo, vegetação, etc., e para a segunda uma multiplicidade de fatores concorrem para traçá-la: uma língua, uma religião, uma cultura, uma política, uma economia.

Enquanto na Geografia a fronteira vai aparecer como ponto de debate entre uma concepção natural e móvel, derivada do pensamento de Frederich Ratzel e uma concepção histórica e humana, derivada do pensamento da geografia francesa de Paul Vidal de La Blache e seus discípulos, na História a fronteira ganha um significado econômico substancial a partir do pensamento de Frederick Jacson Turner, quando procura definir a fronteira, de modo mais genérico, como a linha que separa as terras ocupadas das terras livres, ou seja, o avanço e incorporação das terras livres ao processo produtivo no continente americano. Esboça-se, assim, uma outra classificação para a fronteira quando se rotula uma concepção francesa para a fronteira política, aquela que separa os Estados-nacionais, e uma concepção americana para a fronteira econômica, aquela que indica um processo de apropriação da natureza e sua transformação em terras voltadas à atividade produtiva no interior de um mesmo Estado nacional. Numa palavra, a conquista!

É este conceito de fronteira, que se transforma em tese fundamental da formação territorial dos Estados Unidos durante um longo tempo, que vai ter uma grande recepção no Brasil para explicar a gradativa inserção da Amazônia ao conjunto da economia nacional, como mostro ao longo deste artigo. Apresento brevemente a biografia de Turner para, em seguida, mostrar alguns autores que consolidaram essa noção no Brasil.

Frederick Turner nasceu no dia 14 de novembro de 1861 na pequena cidade de Portage, no estado de Wisconsin, antes um território federal criado em 1836 em virtude da grande afluência de migrantes para esta área e é admitido na União em 1848. A própria família de Frederick Turner era oriunda do estado de Nova Iorque, na denominada região da Nova Inglaterra, e de origem religiosa Puritana. Portage, cuja origem remonta a um forte militar construído em 1828, era uma pequena cidade com cerca de 3.000 habitantes, localizada a cerca de 30 quilômetros da linha de fronteira atraindo, portanto, grande quantidade de migrantes em virtude de ser, também, um entreposto comercial entre o Oeste e a costa do Atlântico. Juntava-se aí índios, para comercializar seus produtos, os pioneiros, colonos e migrantes estrangeiros, demonstrando uma dinâmica muito intensa voltada à caça, à agricultura, à mineração e comércio de madeiras.

Frederick Turner graduou-se em História e decidiu realizar um doutorado exatamente sobre um tema que lhe afligia desde a infância: a formação do Oeste americano, afinal, vivenciou tal movimento ao longo de anos em Portage. Segue, então, em 1888, para a Costa Leste, na Universidade de John Hopkins. Seu orientador, o professor Herbert Adams, era defensor de uma teoria cuja base argumentava que a formação da América do Norte derivava das origens anglo-saxônicas, a *germ theory*. De caráter evolucionista, essa “teoria germinal” afirmava que o desenvolvimento social e político americano devia mais às origens germânicas e inglesas do que à dinâmica local da colonização. E é justamente contra isso que Turner vai elaborar a sua *frontier thesis*, pois argumenta que a abordagem universalizante de evolução social excluía toda a possibilidade de particularização da história da América. Defende, portanto, que a formação do povo americano é resultado desse processo de expansão para o Oeste, desse avanço para a fronteira.

Contudo, enquanto Turner realiza o seu doutorado, o Censo nacional de 1890 já anunciava o fim da fronteira de colonização com o esgotamento das terras livres e já era corrente entre os norte-americanos o mito da formação do país a partir da vitória dos pioneiros sobre as terras inóspitas do Oeste, sua natureza e seus nativos. A literatura, a música, as artes, o folclore e depois as imagens nos filmes de cinema, já haviam consolidado o imaginário do Oeste americano. O livro “O último dos Moicanos”, escrito por James Fenimore Cooper (1789-1851), é de 1826; a bravura de Daniel Bonne (1734-1820), pioneiro da exploração da floresta e caça, teve suas aventuras publicadas em conto ainda em 1784; e a vida de Buffalo Bill (1846-1917), são exemplos dessa adoração pelo *frontiersmen*.

Posteriormente a difusão de filmes nos cinemas e redes de televisões sobre o *farwest* inundaram o mundo consolidando a imagem da conquista do Oeste.

Não poderia encerrar este item sem falar da crise e decadência da *frontier thesis*. Se por um lado ela conseguiu se consolidar no pensamento popular norte americano constituindo-se, desde o século XVIII, como uma identidade nacional através da literatura, da música, do folclore e dos filmes que reforçavam a vida do Velho Oeste, enquanto história, em seu sentido acadêmico e científico, o pensamento de Turner começa a ser posto em questão a partir da década de 1940, sendo considerada por George Pierson muito paroquial, regional e por Patricia Limerick, mostrando que “As palavras-chave não eram mais “democracia” e “liberdade”, mas “conquista” e “imperialismo”; os personagens não eram mais os bravos pioneiros individualistas e patriotas, mas os grandes perdedores deste processo: fazendeiros arruinados, operários, nativos (índios e mexicanos), mulheres, negros – enfim, todos aqueles que nunca desfrutaram das benesses do *American way of life*” (idem, p.108).

A tese da fronteira de Turner encontrou um campo fértil para a reflexão sobre a formação do território brasileiro. Certamente o encanto se deu por algumas formas semelhantes derivadas da conquista do Novo Mundo, como a existência de terras livres a serem ocupadas, uma natureza composta por elementos diferentes a serem explorados ou contemplados, a existência de populações nativas com modos de organização sociocultural distintas e, por último, o ingresso de populações adventícias com a finalidade de desbravar o ambiente com que se defrontaram. Apesar de formas equivalentes, os processos que motivaram a expansão não são equivalentes. Portanto, apresento, na sequência, autores brasileiros que se aproximaram, assimilaram e difundiram a tese de Turner para explicar o Brasil indicando semelhanças e diferenças; em seguida, defendo que nossa posição tende a ir além de semelhanças ou diferenças, mostrando que o fundamento dessa noção de fronteira está na maneira de concepção do outro, na alteridade, no encontro de mundos, elaborada, difundida e consolidada do outro lado do Atlântico e manifestada empiricamente no Novo Mundo através da hipótese de terras livres; por fim, dedico uma atenção ao modo como a Amazônia vem sendo concebida como fronteira da segunda metade do século XX aos dias atuais.

No livro em que organiza e apresenta os escritos de Frederick Turner, o professor Paulo Knauss (2004) destaca que na historiografia brasileira o tema da apropriação do espaço e formação nacional permitiu um diálogo entre o pensamento de Turner e autores brasileiros, que, tal qual Turner quis criar o “americano”, tentaram construir a especificidade da cultura brasileira, dentre os quais aponta Oliveira Vianna, com o livro “Evolução do povo brasileiro (1923), Cassiano Ricardo, com o livro “Marcha para o Oeste”(1942), Vianna Moog, com o livro Bandeirantes e Pioneiros (1954) e Gilberto Freire, com o livro Ordem e Progresso (1962), porém é somente este último que faz

referência explícita ao americano¹. Surpreende, contudo, a ausência de Sérgio Buarque de Holanda que escreve pelo menos duas obras diretamente ligadas à questão: *Monções* (1945); e *Caminhos e Fronteiras* (1957). Neste sentido, dedico algumas linhas sobre as obras dos autores acima citados mostrando a vinculação com a tese da fronteira de Turner e, posteriormente, abro um espaço maior aos trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda.

Afirmando que numa sociedade dominada por senhores de engenho, um empreendimento que demanda muitos capitais, em que é a partir da posse da terra que se classificam os homens, Oliveira Vianna atribuiu às atividades do pastoreio do gado a responsabilidade pelo movimento expansionista para o interior das terras, uma vez que tal empreendimento era muito mais simples que a montagem de uma moenda e significava ascensão social. Portanto, o pastoreio é, com efeito, a forma mais generalizada de exploração da terra no período colonial (p.78); os currais invadem rapidamente o nosso interior e levam o povoamento às regiões mais profundas dos nossos sertões do sul e do norte (p.81). É ele quem desbrava a terra, chega primeiro para em seguida dar lugar ao canavial e depois à lavoura geral.

Cassiano Ricardo em seu livro “*Marcha para Oeste*” faz uma explanação da trajetória da ocupação rumo ao Oeste brasileiro, mostrando quais eram os grupos sociais presentes na colônia e suas ações no sentido do avanço para o interior frente àqueles que estavam fixados no litoral; a origem social das bandeiras e o papel tanto do índio como do negro nesse movimento em direção ao interior, tendo como ponto de partida a Serra do Mar, o Planalto de Piratininga. Contudo é na ‘Advertência’, que ele escreve à segunda edição do livro, onde se encontram observações que remetem à relação existente entre a marcha para Oeste e a democracia, tema presente nos trabalhos de Frederick Turner. Cassiano Ricardo inicia afirmando que o movimento das bandeiras dá origem a democracia brasileira, afinal esse grupo era portador de maior mobilidade social na colônia e que o efeito democratizante da bandeira se expressava na policultura e na pequena propriedade, na escolha dos governantes e na mestiçagem.

O título do livro de Moog – *Bandeirantes e Pioneiros* - já aponta para uma discussão referente à diferença entre “personagens” e destinos nacionais no Brasil e nos Estados Unidos. Ele argumenta que: “num paralelo entre o progresso realizado pela civilização norte-americana em contraste com a brasileira, talvez não haja muita heresia em abrir um modesto crédito àqueles fatores que, como a orografia, a hidrografia, a botânica, a geologia e o clima, têm sido também invocados na interpretação dos fatos sociais” (p.25). Leitor explícito de Ratzel, que é citado em várias passagens, Moog assevera que: “no explicar as diferenças entre os Estados Unidos e o Brasil, como entre os Estados Unidos e o México ou os Estados-Unidos e a Argentina, a antropogeografia pode muito mais

¹ Ribeiro (2014) afirma que a discussão sobre a fronteira na historiografia brasileira começa com o livro de Capistrano de Abreu, “*Capítulos de História colonial*” (1907).

do que a etnografia. (p.66)”. Segundo ele, prevaleceu nos Estados Unidos um sentido espírito, orgânico e construtivo, enquanto no Brasil foi predatório e extrativista.

O pesquisador Robert Wegner em sua tese de doutorado, que transformou no livro “A Conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda” (2000), vasculhou com muita acuidade a vida e as obras de Holanda e identificou as aproximações e distanciamentos que Holanda apresenta frente à tese de Turner. Wegner percebe que as passagens de Holanda pelos E.U.A., - em 1941, 1965 e 1966 - certamente exerceu influência no pensamento dele, ao ponto de Wegner definir que sua tese trata da fase ou face norte-americana de Sérgio Buarque de Holanda. Enquanto as aproximações estariam no significado que a tradição europeia teve no Novo Mundo, constituindo-se numa explicação genética, o distanciamento entre os processos de colonização nas Américas do Norte e do Sul estaria numa dinâmica própria à conquista, pois: 1) o legado ibérico seria mais plástico na adaptação e convívio com o nativo em relação ao anglo-saxão, sendo a miscigenação para este mais excepcional; 2) houve uma maior tentativa da Coroa portuguesa de controlar as terras, enquanto nos E.U.A houve um estímulo; e 3) a expansão para o interior, ou a ‘fronteira brasileira’, entra em movimento com mais de 200 anos antes que a norte-americana, todavia quando ela se inicia já conta com o desenvolvimento de várias técnicas, sendo, portanto, mais rápida na conquista do Oeste.

O NOVO MUNDO E A INVENÇÃO DA AMAZÔNIA

O deslumbramento com as paisagens e com os povos, as novas possibilidades de liberdade e, no horizonte, o enriquecimento nessas novas terras, além do estranhamento diante de tanta diferença do padrão de organização social no Velho mundo frente ao encontro com o Novo mundo, provocaram reflexões desde o século XVI de filósofos e cientistas que objetivaram não só compreender, mas como enquadrar esse Novo mundo no modelo ocidental. A surpresa da existência de um continente, habitado, do outro lado do oceano Atlântico, amplia a ambição da conquista dessas novas terras ao mesmo tempo em que potencializa o imaginário europeu sobre o que ele contém, imaginário este que já circulava no cotidiano através das narrativas do fantástico e do maravilhoso que foi encontrado no Oriente e que ganha corpo com a literatura. O encontro do continente americano reposiciona espacialmente o Velho Mundo, que agora possui um Oeste para se dirigir, para avançar, conquistar e controlar territórios e povos.

É exatamente o encontro do Novo Mundo que vai permitir aos seus intérpretes o fundamento das relações que serão, daí para frente, estabelecidas. Certamente posso assegurar que, em primeiro lugar, na instituição desta relação não houve reciprocidade e sim subordinação; em segundo lugar, implantou-se uma reordenação espacial do mundo encontrado sob a régua do pensamento europeu – divisões territoriais, repartições, nomeações dos lugares, construções militares, religiosas, sedes de

poder, etc - e nesse encontro a tendência foi a adoção, a reprodução de todo sistema social, como a língua, a religião e as instituições de poder., predominando, assim, a visão do colonizador.

Neste sentido, tomo, por isso, como ponto de partida a reflexão trazida por Tzvetan Todorov ([1982]2010) acerca do etnocentrismo e Neide Gondim (1997) sobre como, primeiramente, o Novo mundo é interpretado por filósofos e cientistas do Velho Mundo, e, em segundo lugar, como a Amazônia aparece já desde o século XVI aos olhos dos europeus.

A escolha de Todorov para dar um suporte à nossa proposição central é, exatamente, porque esse autor trouxe uma contribuição significativa para compreender a diversidade humana e o encontro entre mundos diferentes, quando escreve os livros “Nós e os Outros” (1982) e “A conquista da América” (1982[2019]). Ambos os livros, colocam questões gerais que nos possibilitam enfrentar o desafio de polemizar a visão consolidada e corrente de Amazônia como uma fronteira de expansão econômica do Brasil, encobrindo seu caráter etnocentrista.

Para realizar a reflexão que faz sobre a diversidade humana, um debate que ocorria no interior do pensamento clássico francês do século XVII e XVIII, isto é, o que há de universal e de particular entre os homens, Todorov (1982) afirma que o etnocentrismo “consiste no fato de elevar à categoria de universais os valores da sociedade a qual eu pertenço” (p.21). Assim, quando o etnocentrista aspira algo de universal, parte de si, do particular, sendo esse algo particular necessariamente familiar, ou seja, pertencente a sua cultura, para em seguida generalizar; que seus valores, são *os valores*, em detrimento de outros. Portanto, o que é diferente àquilo a que estou habituado, aos meus valores, está sujeito à adjetivação de exótico, seja frente aos povos, seja diante da natureza.

Anunciei esta condição de etnocentrismo num artigo em que a ideia era justamente rever a qualificação de ‘fronteira econômica’ imputada à região amazônica desde os escritos de Charles Wagley na década de 1940, passando pelas obras de Leo Waibel (1979) com sua noção de “frentes pioneiras”; Martins (1975) e a temporalidade da fronteira, Velho (1972, 1979) com a ideia de capitalismo autoritário; e Becker (1982) argumentando que a fronteira não é um espaço estruturado (NOGUEIRA, 2001). Àquela época afirmei que a denominação generalizada e vulgarizada de ‘fronteira’ para a Amazônia apenas dificultou a compreensão da região e sua articulação com o território brasileiro; afirmei, ainda, que, como a incorporação da noção turneriana de fronteira foi realizada sem mediação, sendo por isso, construída de fora, não permitiu compreender a leitura do espaço realizada pelos atores sociais internos à região; disse também que o fato de ser um conceito em que há o predomínio do sujeito que vê e não do sujeito que é visto, constitui, portanto, um conceito etnocentrado; enfim, a disseminação de uma visão do centro para o seu entorno, seja ele nomeado fronteira ou periferia (idem,2001). Neste sentido, pretendo, na última parte deste artigo, dedicar a apresentação de algumas obras de escritores amazônicos que interpretaram essa região estando aí

localizados, visto que acredito na potência reveladora do lugar geográfico de fala, ou seja, o ser centrado elabora sua reflexão não apenas a partir do que ele é, mas a partir de onde ele está!

Portanto, é na matriz da descoberta da América e seus ‘povos selvagens’ que será iluminada a discussão entre aqueles que defendiam o universalismo, tomando como referência óbvia o mundo europeu, e os relativistas que procuravam compreender o outro a partir da vida deles mesmo. Entre os relativistas, o destaque, sem dúvida, é Michel de Montaigne (1533-1592), que com suas ponderações sobre os povos encontrados no Novo Mundo, coloca em xeque os posicionamentos elaborados pelos primeiros viajantes que aí estiveram. Num pequeno escrito intitulado “Os Canibais”, Montaigne relata o encontro que teve com um homem trazido do Novo Mundo, o que lhe permitiu interrogar-se sobre o adjetivo de bárbaros dado àqueles, uma vez que tinha consciência e reconhecia, ao mesmo tempo, a barbárie perpetrada pela sociedade europeia. Num outro escrito intitulado “Dos Coches”, Montaigne reforça seu pensamento sobre a compreensão da diferença e da alteridade frente ao Novo Mundo recém-descoberto, quando diz “Receio, porém, que venhamos a apressar a decadência desse Novo Mundo com o nosso contato e que ele deva pagar caro nossas artes e ideias” (p.413). Estas considerações de Montaigne foram objetos de análise de Neide Gondim sobre a “Invenção da Amazônia” e de Ernesto Pinto em seu livro “Viagem das ideias”, onde ambos tratam da inserção da Amazônia no circuito mundial após a ação dos viajantes e exploradores a partir do século XVI.

Tzvetan Todorov, no livro sobre a “Conquista da América”, considera que o encontro entre os europeus e os povos da América é o mais surpreendente da história, isto porque: “Na ‘descoberta’ dos outros continentes e dos outros homens não existe, realmente, este sentimento radical de estranheza. Os europeus nunca ignoraram totalmente a existência da África, ou da Índia, ou da China, sua lembrança esteve sempre presente, desde as origens” (p.05). Na sequência indica que “é a conquista da América que anuncia e funda a nossa identidade”. Com isso, a partir de 1492 o mundo está fechado, escreve Todorov, indicando o conhecimento completo dos continentes.

Na prospecção que faz percorrendo a literatura referente à descoberta da América e como a Amazônia aparece na cena mundial, Gondim assegura que a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato de peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes (p.09), na medida em que era o referente para comparar os surpreendentes superlativos da fauna, da flora, dos rios e do clima. Mais que isso, o imaginário da busca pelo ouro e pelo paraíso terrestre também alavancavam a cobiça do Novo continente.

O imaginário europeu já estava carregado de histórias maravilhosas oriunda dos relatos dos viajantes ao Oriente sobre as gentes, os costumes, a fauna e flora, sendo, porém, a Índia o lugar que mais os fascinou, ora sagrado, ora profano, ora paraíso, ora inferno. E esses relatos se reproduzem, se disseminam e se ampliam com as histórias contadas pelos navegadores, pelas expedições mar a fora. Isso vai, segundo Gondim, afetar a forma como o olhar do habitante do Velho Mundo veria o Novo.

Utilizando-se do primoroso trabalho de Antonello Gerbi sobre as viagens de Colombo, Gondim cita daquele o seguinte: “A inevitável oposição do Mundo Novo ao Mundo Antigo está na raiz de todas as sucessivas antíteses e polarizações e de todas as indevidas confrontações e comparações. De uma indiscutível relação cronológica que era, transformou-se demasiado frequentemente em uma sofisticada relação lógica, em uma ideologização ou denegrição deste ou daquele mundo” (p.38). A partir disso, Gondim afirma que o novo é filtrado pelo antigo, assegurando a este último sua supremacia, a sua superioridade. Posso complementar afirmando que se instituiu também uma relação topológica na medida em que *outro lugar* passa a compor o mundo europeu, sendo, porém, subordinado em todos os sentidos.

O encontro do Novo Mundo vai colocá-lo em meio ao pensamento científico nascente na Europa recuperando da Antiguidade uma ligação entre clima e caráter para justificar a hierarquia entre os povos, tendo em Jean Bodin, já em meados do século XVI, um desses pilares do determinismo geográfico. No rastro das reflexões científicas aparecem Thomas Hobbes analisando as guerras interétnicas como resultado da ausência de Estado, bem como John Locke quando, contrariando Hobbes, estabelece uma distinção entre o estado de natureza, caracterizado pela liberdade e inexistência de um ser superior entre os homens, e o estado de guerra, quando há o uso da força sobre o outro.

Mas é certamente com Hegel, como grande filósofo do século XVIII e referência fundamental para a formação do pensamento ocidental ao longo de todo o século seguinte, em suas “Lições sobre Filosofia da História Universal”, que a história do Novo Mundo recebe uma reflexão sobre seu lugar na história universal quando ele disserta sobre os ‘fundamentos geográficos da história universal’. Embora não se deixe influenciar pelo determinismo climático difundido desde o século XVI por Jean Bodin, afirmando que isto é uma maneira vulgar de pensar, Hegel faz considerações a respeito dos extremos climáticos e a liberdade humana, indicando que a violência do elemento climático é demasiada ao ponto de impedir que o homem alcance liberdade espiritual frente a natureza. Por isso ele decreta que as zonas cálidas e frias não são o teatro da história, pois não favorecem o espírito livre (p.257). Mais que isso, Hegel vai afirmar que a formação do espírito dar-se-á somente numa faixa estreita do globo onde os povos constituíram uma sociedade civil, com propriedade privada da terra e um Estado, sendo, conseqüentemente, todo o restante portador de culturas naturais ou constituído de ‘povos sem história’.²

Reconhecendo a divisão do Novo Mundo em duas partes, a América Setentrional e a América Meridional, Hegel apresenta as diferentes ‘geografias’ dessas áreas para justificar os rumos distintos tomados por ambas. Aponta que a América do Norte foi favorecida pelo fato de seus rios,

² François Chatelet (1976), num artigo sobre Hegel e a Geografia, explora a trajetória, o percurso do espírito (a Razão) pelo planeta, que encontra na Europa o seu lugar. Uma breve apresentação da discussão sobre ‘povos sem história’, pode ser encontrada em Augusto, Andre et alli (2020).

descendo das montanhas, regam as terras de um largo litoral, sendo isso muito vantajoso para os Estados livres norte-americanos. Por outro lado, ao descrever os rios da América do Sul, principalmente os rios Orenoco e Amazonas, conclui que, ao formarem grandes vales, não são apropriados para se converterem em países de cultura, ou seja, povos sem história. Compreende que o contato com os europeus foi trágico para os indígenas em ambas as partes da América, pois estes povos pereceram frente a uma cultura superior e mais intensa como europeia, sendo submisso, humilhado e servil.

Sobre o processo migratório de europeus para colonização da América, Hegel volta a estabelecer a diferença entre as Américas quando afirma que muitos ingleses foram para aquelas terras – América do Norte – fugindo dos impostos, podendo desenvolver seus ofícios, constituindo, na verdade, um refúgio à opressão, sendo a América um excelente refúgio para aqueles que querem trabalhar com energia (p.270), prosperando, assim, a indústria, a população na ordem civil e na liberdade. Já para a América do Sul, Hegel nos chama a atenção para a dominação espanhola e as frequentes revoltas, quando estados ora se unem, ora se dividem, estando em contínuas revoluções, comandadas por militares ou *criollos*. Além disso, conclui que há outras duas diferenças fundamentais entre elas que se referem: a) a religião católica, predominante no Sul e a religião protestantes no Norte, mesmo que dividida em inúmeras seitas; b) que a América do Norte foi colonizada e a América do Sul conquistada. Acredita, enfim, que a disponibilidade de terras a serem trabalhadas com o avanço para o Oeste é uma vantagem substancial que os norte-americanos possuem frente aos europeus, uma vez que esses não possuem essa possibilidade de expansão.

Em síntese, portanto, temos que a construção da alteridade que se dá com o encontro de mundos diferentes terá desdobramento em tantas outras formas de dualidades, tendo sempre como ponto de partida o mundo europeu e a tentativa de disseminação de seu modo de pensar sobre o diferente, seja a paisagem, os povos e seus costumes e sua forma de organização política e territorial. A constituição de uma centralidade produz o seu contrário, seja na forma de periferia, de fronteira, de entorno, de construção de uma hierarquia.

AMAZÔNIA E OS AMAZÔNIDAS: REGIÃO SIM, FRONTEIRA NÃO!

Quando escrevi o artigo sobre o tema da fronteira, tomei como referência teórica as reflexões de iniciais de Harvey sobre o espaço absoluto, relativo e relacional, apresentadas no livro *Justiça Social e a Cidade* (1980), que ele, posteriormente, avança no artigo *Espaço como palavra-chave* (2006). Entendia àquele momento que as análises realizadas sobre a relação centro – periferia, e consequentemente a fronteira vista como periferia, seria apenas a manifestação empírica da relação entre lugares onde um aparece em posição hierárquica superior a outro, e mais, regendo o seu destino.

Isto me permitiu pensar as ações do Estado brasileiro para a Amazônia, as relações estabelecidas entre a Amazônia e outras áreas do Brasil, bem como as análises desse processo que foram realizadas por autores localizados, e colocar a reflexão em outro patamar que não a teoria do desenvolvimento polarizado, seguindo o que Harvey sugere: “Acho mais interessante conservar os três conceitos em tensão dialética um com o outro e pensar constantemente nas interações que eles travam entre si” (2006, p.15).

Também me pautei pela contribuição de Moles e Rohmer (1972) sobre a psicologia do espaço, onde os autores discutem a existência de dois sistemas filosóficos para a concepção do espaço: uma filosofia da centralidade, que procura romper com a concepção de mundo em forma piramidal, e seu oposto, a filosofia da extensão cartesiana, que é o mundo contemplado por um observador imparcial e que não o habita.

Diante disso, busquei a literatura produzida na Amazônia, justamente no período entre 1970 e 1990, por autores aqui localizados, para, num processo de prospecção, identificar como eles abordaram o tema da Amazônia como fronteira, como eles interpretaram a ‘marcha da expansão’ sobre a região. Selecionei, assim, quatro autores, dois localizados em Manaus - Djalma Batista (1976) e Samuel Benchimol (1977) - e dois localizados em Belém - Armando Mendes (1974) e Violeta Loureiro (1992) - para expor, a partir de sua localização, como compreendiam esse processo. Esta escolha deve-se, antes de tudo, ao reconhecimento científico que adquiriram dentre seus pares no mundo acadêmico e na sociedade regional. Contudo, como suas obras foram publicadas por editoras locais, sem abrangência nacional, suas ideias, proposições, alternativas e seus contrapontos aos planos federais de integração regional, ficaram restritos aos seus próprios limites territoriais. Algo em comum entre eles era justamente o caminho que deveria ser observado para o desenvolvimento regional.

Djalma Batista (1916-1979) era acreano de Tarauacá, filho e neto migrantes, formou-se em medicina na Universidade Federal da Bahia, e depois voltou para Manaus para trabalhar com patologia clínica e dar aulas na Universidade Federal do Amazonas. Além das atividades próprias à medicina, ele tinha um envolvimento com o círculo intelectual amazônico, participando de entidades científicas e literárias, sendo membro da Academia Amazonense de Letras e Diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA (1959-1968). Seu livro *O Complexo da Amazônia*, é considerado a síntese de seu pensamento sobre a região, mostrando a formação histórica, a geografia, a diversidade da atividade produtiva e a análise do processo de desenvolvimento, subtítulo do livro. Rigoroso incentivador da pesquisa científica voltada ao conhecimento da Amazônia, era, por óbvio, um defensor da ecologia amazônica e contrário à expansão de práticas destrutivas como o desmatamento. Contudo acreditava no aproveitamento racional das terras amazônicas. Sua longa passagem na direção do INPA permitiu cerca-se de cientistas dedicados à natureza, como Haraldi Sioli, Paulo Vanzolini e Warnick Kerr. Djalma Batista conclui a Introdução de seu livro apontando que “Meu objetivo é alertar contra o

grande mal, que está à vista: a destruição desavisada do *último reduto da natureza na face da terra*, transformando-o em outra área-problema para o Brasil, tal como o Nordeste, de terras semi-desérticas...Sua defesa e riqueza residem precisamente na água e na floresta” (p.37), e arremata: “É um livro escrito e pensado no Amazonas, talvez resultado do subdesenvolvimento cultural reinante” (p.38).

O segundo autor que selecionei é o economista Armando Dias Mendes (1924-2012), também de notável respeitabilidade intelectual na Amazônia. Professor da Universidade Federal do Pará, foi vice-reitor dessa instituição e um dos fundadores do principal centro de excelência científica da Amazônia – o Núcleo de Altos Estudos da Amazônia- o NAEA, em 1973. Do conjunto de seus escritos, escolhi “Viabilidade econômica da Amazônia” (1971) e “A Invenção da Amazônia” (1974), ambos publicados em Belém, que teve a colaboração de Jean Hebette, Edna Castro e Roberto Ferreira, justamente por ser produzido nos períodos de elaboração dos planos de integração da Amazônia pelo Estado brasileiro. O livro “A invenção da Amazônia”, é, de certo modo, aquele que o projetou na vida intelectual, sendo reeditado algumas vezes e referência para os estudos regionais. Armando Mendes, ao apresentar o livro deixa evidente que “Este documento pretende ser uma contribuição conjunta de homens de pensamento e de ação da Amazônia à formulação do capítulo regional do próximo Plano Nacional de Desenvolvimento -PND 1975/1979. (...) deve inspirar medidas de ajustamento do PIN (Plano de Integração Nacional); não é um diagnóstico (...) não é um repositório de estatística (...) É uma estratégia para o que chamamos de o enigma amazônico” (p.13). Percebe-se que há um interesse muito forte em dar uma colaboração no processo de integração regional a partir de uma vivência e conhecimento local, não sendo apenas observadores das ações do governo central.

A escolha de Samuel Benchimol (1923-2002) nesse elenco de autores amazônicos deve-se também, como os anteriores, ao reconhecimento intelectual de seus pares e ao conjunto de obras produzidas sobre a região³. Selecionei para esta análise o livro “Amazônia: Um pouco antes e além depois” (1977) publicada em Manaus pela editora Umberto Calderaro num consórcio com o governo do estado do Amazonas e a Universidade Federal do Amazonas.

Nascido em Manaus, descendente de judeus marroquinos, seu pai, Israel Benchimol, foi desde jovem trabalhar nos seringais dos altos rios do Acre como balconista dos barracões e, posteriormente tornou-se comerciante num regatão⁴; depois foi sócio num seringal, em seguida vai morar em Manaus, e com a crise da borracha já se alastrando na região, decide retornar para o Acre, no rio Abunã, como sócio de um seringal para tentar sobreviver frente à *débâcle* da borracha levando o filho Samuel, que vivencia as penúrias do baixo preço do produto. A família, afetada pela crise, transita entre Belém e Manaus, aí se fixando, definitivamente, em 1933. A grande preocupação de

³ Ver dissertação de BRAGA, Hellen (2021) sobre Samuel Benchimol.

⁴ . Barco que realizava comércio ou troca de produtos extrativos por mercadorias industrializadas em inúmeros rios da Amazônia.

Benchimol era com o desenvolvimento econômico regional e as ações políticas e de planejamento. Por ter vivenciado o período crítico da decadência do extrativismo da borracha, seguido da tentativa de soerguimento no período da segunda guerra com a migração dos soldados da borracha e, enfim, do governo militar e o projeto de integração nacional, Benchimol traça uma lista dos problemas que conduzem às falhas do desenvolvimento, apontando: a) falta de quadros dirigentes capacitados; b) fraco mercado consumidor; c) investimentos públicos básicos inexistentes, tendo por consequência a não atração do capital privado, retardando o rápido desenvolvimento industrial. Tudo isto, segundo ele, amparado pelo pensamento de Ragnar Nurkse, tenderia “à cronicidade e perpetuação de uma sociedade estacionária, vinculada ao círculo vicioso da estagnação dentro do equilíbrio de seu próprio subdesenvolvimento” (p.463). E toma como referência empírica disso as inúmeras comunidades amazônicas que existem há séculos à beira do rio vivendo o mesmo marasmo.

O último livro que selecionei “Amazônia: Estado – Homem – Natureza” é de autoria da socióloga Violeta Loureiro (1944), publicado em 1992 pela editora Cejup, sediada em Belém. Nasceu em Boa Vista, Roraima e formou-se na Universidade Federal do Pará, onde foi professora por longo período (1969-2013), atuando também no IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará, sendo autora de diversos livros e artigos. Durante o mestrado (Unicamp- 1985) realizou uma pesquisa sobre a pesca, enquanto no doutorado (Institut des hautes etudes des Amérique Latine - 1994) pesquisou os conflitos e os movimentos sociais na Amazônia.

Seu livro é escrito cerca de duas décadas após o início da execução dos grandes projetos para a Amazônia, assim como dos livros que foram abordados acima, e, diferente dos demais, utiliza-se do método dialético para esclarecer diversas relações sociais de produção internas e externas à região. Neste sentido, creio que é possível afirmar que Loureiro já consegue fazer uma avaliação mais precisa dos eventos ocorridos na região bem como suas consequências sociais e ambientais. A autora estabelece como grande momento de mudança na Amazônia o final da década de 1950, porque até aí as relações da população rural, do interior, com a natureza não estava pautada pela propriedade privada da terra, seus instrumentos de trabalho não apresentavam sofisticação, dedicavam-se a diversas atividades, concluindo que a natureza era um bem relativamente livre (p.14). Isto distinguia nitidamente o natural daquele migrante que, aos poucos chegava à região, visto que este era sazonal e instável; a própria forma de organização espacial do habitante natural, composto pelo complexo rio-quintal-roça-mata, era diferente do migrante que só possuía a roça para sua sobrevivência. Com isso, o habitante natural conseguia dedicar mais tempo de trabalho à produção de subsistência que a produção de mercadorias.

Se a esfera da produção estava baseada, em grande medida, no extrativismo e na pequena produção agrícola, além da pesca, a esfera da circulação ficava a cargo do capital comercial regional, do aviação, um sistema arcaico que remonta ainda ao século passado. Deste modo, segundo a

autora, existia de um lado a burguesia, ligada ao comércio e aos serviços e do outro um conjunto de trabalhadores formados por extratores, pescadores, seringueiros etc. É essa burguesia amazônica que estará sob a mira da autora praticamente ao longo de todo o livro, sendo, por um lado, protegida pelo Estado através de concessões fiscais, instrumentos de legalização de terras, e, por outro, engolida pela chegada de capitais externos à região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando decidi recuperar uma discussão que iniciei na virada do século XX sobre um tema que no campo científico já estava consagrado, nos meios de comunicação, na mídia em geral, já era de uso corrente e, enfim, nas ações políticas permanece como projeto em andamento, fiquei incomodado e mesmo inseguro sobre a pertinência de voltar ao tema da Amazônia como fronteira econômica. Tanto o incômodo quanto a insegurança ocorriam em virtude da noção ser bem estabelecida, facilmente assimilada e dificilmente contestada. Todavia, a minha localização permitia uma observação e interpretação diferenciada da continuidade das ações do Estado brasileiro para a Amazônia com a exploração mineral, construção de hidrelétrica, expansão da pecuária extensiva e a novidade do cultivo da soja, do mesmo modo que, ao rastrear a produção científica sobre o tema, percebia o vigor do uso da expressão ‘fronteira agrícola’ para caracterizar, ainda, todo o processo de avanço sobre o bioma amazônico.

Assim, meu desafio foi, em primeiro lugar, buscar nas manifestações empíricas, elementos, indícios, vestígios e evidências de que a incorporação de determinadas expressões e conceitos podem se dar de modo intempestivo, apressado, sem mediação ou maiores cuidados, sendo disseminadas ou emprestadas para explicar fenômenos semelhantes em qualquer lugar que ocorra.

Até concordo que, num primeiro momento, não deixa de ser tentador identificar e definir um determinado espaço como vazio quando ele se mostra preenchido por sua cobertura vegetal original, sendo o seu oposto, a remoção dessa vegetal e a substituição por pasto ou plantação, a expressão de uso, de trabalho, de produção, de cultivo, ou seja daquilo que dá valor à terra porque há trabalho, porque ganhou o significado de ascensão da humanidade sobre a natureza, etc. Ainda é muito corrente ouvir-se na Amazônia frases proferidas por aqueles que tiveram acesso a terras, seja no passado, via colonização, seja no presente, por assentamento, compra ou mesmo grilagem, com os seguintes dizeres: “Aqui não tinha nada” ou “Aqui era só mato”, expressando um orgulho na substituição do ‘mato’ por pasto ou soja, ou milho, ou qualquer outra espécie.

Entretanto, o que subjaz a essas evidências, traduzidas na introdução de novas atividades ou novo uso da terra, como os planejadores, economistas, agrônomos ou outros técnicos costumam falar, é, em nosso entendimento, o encontro, sempre tenso, e às vezes violento, entre formas distintas de encarar a relação com a natureza e com a terra, pois a princípio e em primeiro lugar, os processos de

valorização do espaço que guiam e norteiam a sociedade contemporânea, priorizam uma valorização econômica à uma valorização simbólica, fazendo com que qualquer bioma tenha menos valor que qualquer atividade produtora de mercadoria. Em segundo lugar, ocorre uma reorganização do espaço para dar vazão e fluidez àquelas atividades implantadas.

É neste sentido que surge a expressão *fronteira*, difundida pelos estudos de Frederick Turner, significando, antes de tudo, lugar a ser ocupado, a ser vencido, a ser transformado em área produtora e não ociosa, removendo paisagens e pessoas. Outras expressões como *Zonas*, *Franjas* ou *Frentes*, de expansão ou pioneiras, foram elaboradas no intuito de qualificar os processos semelhantes de avanço sobre as terras sem um tipo de uso que pudesse ser caracterizado como produtivo. Mais que isso, os sujeitos dessas ações praticamente foram alçados à categoria de heróis, desbravadores, pioneiros, afinal, estavam vencendo aquele meio identificado como inóspito e exótico. Com isso, acredito que esta noção de *fronteira* só existe para aquele que avança sobre as terras, atropelando o que encontram pela frente, sem muita preocupação com quem a usa de modo diferente do seu.

A partir disso, deparei-me com um segundo desafio, que foi buscar respaldo em referências teóricas que me permitissem entender essa relação de alteridade, de enfrentamento com o diferente, de reconhecimento ou de subjugação, inerente às relações travadas pelos homens ao longo da história. Na sequência, a prospecção sobre as obras de autores que vivenciaram na Amazônia, todo o processo de integração regional ao Brasil, procurando entender as suas visões sobre a região e como poderia ser realizada essa integração. Suas proposições deixam claro que eles nunca se viram como estando numa área de *fronteira econômica*, na verdade sequer usam tal expressão, o que de certa forma referendou o meu incômodo com a divulgação e o uso frequente que a expressão recebeu.

Enfim, já consigo identificar, agora, depois de duas décadas, ainda que de modo tímido, que começam a aparecer reflexões semelhantes sobre o tema. Penso, também, que a Amazônia só sairá dessa encruzilhada – *devastação X preservação* – quando um novo modo de compreensão da relação sociedade – natureza estiver predominando e for reconhecido que os tradicionais habitantes dessa região desenvolveram, ao longo de séculos, formas de uso da floresta suficientes às suas necessidades, inclusive enriquecendo-as, realizando manejos florestais sustentáveis antes da expressão ser apropriada pelo Estado e pelos ecologistas.

REFERÊNCIAS

AVILA, Arthur Lima de. **E da Fronteira veio um pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. UFRGS, 2006.

AVILA, Arthur Lima de. **Território Contestado: a reescrita da história do Oeste norte-americano (c.1985-c.1995)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. UFRGS, 2010.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**. Manaus, Ed. Valer, 2000.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

BECKER, Bertha. **Fronteira amazônica: Questões sobre a gestão do território**. Brasília: EDUNB, 1990^a.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco antes, além depois**. Manaus, Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BRAGA, Hellen. **Do lugar da Geografia à Geografia do lugar na obra de Samuel Benchimol**. Dissertação mestrado PPGEOP/UFAM, 2021.

CASSIANO Ricardo. **Marcha para o Oeste**. 2^a Ed. São Paulo: Ed. José Olympo, 1942.

CRUZ, Manuel. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. Tese doutorado. FFLCH/USP, 2007.

FERRARINI, Sebastião. **Progresso e desenvolvimento no Purus**. São Paulo, FTD, 1976.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo. Ed. Marco Zero, 1997.

HARVEY, David. **O Espaço como palavra-chave**. *GEOgraphia*, 14(28), 8-39, 2013.

HEGEL, Friedrich. **Lecciones sobre la Filosofía de la Historia Universal**. Madrid, Editorial Tecnos, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 3^aed. São Paulo. Alfa-Ômega Editora. 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 3^aed. São Paulo. Cia. Das Letras. 1995.

KARNAL, Leandro et alli. **A História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo. Ed. Contexto. 2007.

KNAUSS, Paulo. **Oeste Americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner**. Tradução Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Niterói, Ed. Universidade Federal Fluminense, 2004.

LOUREIRO, Violeta. **Amazônia, Estado, Homem e Natureza**. Belém, Cejup, 1992.

MARTINS, Jose S. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Liv. Pioneira Editora, 1975.

MARTINS, José de S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

MENDES, Armando. **A invenção da Amazônia**. Belém, IDESP, 1974.

MENDES, Armando. **A viabilidade econômica da Amazônia**. Belém, IDESP, 1971.

MONTAIGNE, Michel. **Ensaio**. Tradução de Sérgio Milliet. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores).

NOGUEIRA, Ricardo J. B. **Algumas questões sobre a Amazônia como “Fronteira”**. Boletim Paulista de Geografia. Volume 77, Associação dos geógrafos brasileiros. São Paulo, 2001.

PEREIRA, Jorge. **Sobre o significado da fronteira**. In TURNER, Frederick J. O significado da fronteira na história americana. Porto, BKC Editora, 2018.

PINTO, Ernesto R.F. **A viagem das ideias**. Manaus. Ed. Valer, 2006.

RIBEIRO, Fernando. **A tese da fronteira de Frederick Jackson Turner na historiografia brasileira no século XX**. Revista Labirinto, Porto Velho-RO, Ano XV, Vol. 22, p. 214-240, 2015. ISSN: 1519-6674.

TODOROV, Tzvetan. **Nosotros y los otros**. Madrid, Ed. Siglo XXI. 2010.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 2003.

VIANNA Moog. **Bandeirantes e Pioneiros**. Porto Alegre, Ed. Globo, 1954.

VELHO, Otávio. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.


VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**. 2ªed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

WAGLEY, Charles. **Uma Comunidade Amazônica**. São Paulo. Coleção Brasileira. Ed. Nacional, 1957.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia tropical**. Rio de Janeiro, FIBGE, 1979.

WEGNER, Robert. **A Conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000.

SOBRE O AUTOR

Ricardo José Batista Nogueira  - Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, no Departamento de Geografia. Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002). Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023).

E-mail: nogueiraricardo@uol.com.br

Data de submissão: 20 de fevereiro de 2025

Aceito para publicação: 01 de setembro de 2025

Data de publicação: 05 de outubro de 2025